

Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul

Memories of political intolerance: background and causes of the Federalist Revolution (1893-1895) in Rio Grande do Sul

Gunter Axt¹

Resumo: Este artigo se debruça sobre a trama dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul que conduziu à eclosão da Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou o Brasil entre 1893 e 1895 e na qual se jogou o futuro da República. O texto apoia-se essencialmente em perspectivas já tratadas na historiografia, recorrendo pouco a fontes primárias. Trata-se, assim, de um esforço de síntese que objetiva facilitar o trânsito do leitor pelo cipoal característico do cenário que se estendeu da Proclamação da República ao início da Revolução Federalista, debatendo aspectos relacionados à intolerância política que então se condensou.

Palavras-chave: Revolução Federalista; historiografia; intolerância política; Rio Grande do Sul; República.

Abstract: *This article focuses on the plot of political events in the Rio Grande do Sul State that led to the outbreak of the Federalist Revolution, the civil war that raged in Brazil between 1893 and 1895 and in which the future of the Republic, proclaimed in 1889, was at stake. The text is essentially based on perspectives already dealt with in historiography, making little use of primary sources. It is, therefore, an effort of synthesis that aims to facilitate the reader's transit through the complex scenario that extended from the Proclamation of the Republic to the beginning of the Federalist Revolution, debating aspects related to political intolerance that then condensed.*

Keywords: *Federalist Revolution; historiography; political intolerance; Rio Grande do Sul; Republic.*

¹ Doutor em História Social – USP; pesquisador colaborador Diversitas/USP – Núcleo de Estudos de Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, São Paulo, Brasil. Email: gunter@terra.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3666-156X>

Introdução

Na Revolução Federalista, que se estendeu de janeiro de 1893 a 23 de agosto de 1895, e completa, portanto, 130 anos de eclosão, jogou-se o futuro da República, proclamada na esteira de uma quartelada, em 15 de novembro de 1889. Por muito tempo, a proclamação foi tratada como uma transação institucional que não teria enfrentado maiores resistências, já que, segundo o próprio discurso autolegitimador de época, teria derrubado um Império carcomido, substituindo uma Coroa decadente e anacrônica por uma fórmula moderna e científica. Porém, percebido em encadeamento disposto na média e longa durações, o evento de 1889 detonou um período de forte instabilidade institucional, cujo primeiro ciclo alcançou ápice com a Federalista, instalando desde então as Forças Armadas no centro do palco político da nação.

Entre 1889 e 1893, o país foi submetido a dois golpes de estado e diversas derrubadas de governos locais. O governo do Marechal Floriano Peixoto provocou forte desorganização econômica, com hiperinflação e PIB de -7,5% – por larga margem, o pior índice da história do país (o governo Collor de Mello, com o segundo pior resultado, registrou PIB de -1,2%).

Durante a Federalista, três estados da recém-criada federação – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – foram conflagrados e, combinada com a Revolta da Armada, estalada em setembro de 1893, a Capital Federal, Rio de Janeiro, foi bombardeada, sendo um governo paralelo instalado no Desterro, atual Florianópolis. Celebrizada pela exacerbação da violência, estima-se que apenas no estado do Rio Grande do Sul 1% da população pereceu. A capital de Santa Catarina teve o nome trocado para Florianópolis, após um cruento massacre que pode ter ceifado a vida de até 185 membros da sociedade local, ordenado pelo General Moreira César, com o consentimento do presidente da República, Marechal Floriano Peixoto. A homenagem ao mais feroz de seus algozes foi a suprema humilhação imposta à cidade. O Uruguai e a Argentina acabaram se envolvendo, com autoridades condescendentes com a movimentação de revolucionários em seus territórios, bem como com o contrabando de armamento.

Além disso, uruguaios, com destaque para Gumerindo e Aparício Saraiva, do Partido Nacionalista, *blanco*, engajaram-se aos revolucionários. Potências imperialistas lindeiras aproveitaram a fragilidade do país para invadi-lo, em 1895: a França tomou 260 mil Km² no Amapá e a Inglaterra ocupou a Ilha de Trindade, ambas investidas posteriormente revertidas pela diplomacia brasileira (Freire, 1896; Abranches, 1914; Franco, 1962; Love, 1975; Janotti, 1986; Queiroz, 1986; Alves, Torres 1993; Schulz, 1996; Reckziegel, 1999; Axt, 2018).

A instabilidade seguiu depois da Pacificação de 1895, com constantes ameaças de novos levantes no Rio Grande do Sul (Axt, 2021) e em outros pontos do país. Em 1897, desenrolou-se o conflito de Canudos, no sertão baiano. Durante o governo Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), as chamadas “salvações” promoveram quedas de governos nos estados – as cidades de Salvador e Manaus chegaram a ser bombardeadas. Em Santa Catarina, iniciou o longo conflito do Contestado (Axt *et al.*, 2013). O governo Arthur Bernardes (1922 a 1926) se deu praticamente todo sob estado de sítio, recurso utilizado também por outros presidentes. A revolução de 1924 arrasou a cidade de São Paulo e só terminou com a internação na Bolívia da Coluna Costa-Prestes em 1927. Os militares protagonizaram a Revolução de 1930, que engajou vários tenentes exilados, depois aproveitados em posições executivas. O mandato de Getúlio Vargas, até o Estado Novo (instaurado com indispensável apoio dos generais), foi de agitação contínua nos quartéis. Ainda em 1938 desferiu-se o *putsch* Integralista. Depois do Estado Novo, sobreveio o governo de outro militar, o Marechal Dutra. O suicídio de Vargas, em 1954, esteve cercado de tensão com militares. Houve pronunciamentos em 1954, 1955, 1956, sendo notórias as tentativas de golpe contra Juscelino Kubitschek. Em 1961, durante a Campanha da Legalidade, o país esteve à beira da guerra civil. Em 1963, a rebelião dos sargentos agitou Brasília e o Rio de Janeiro. Foi apenas com o regime de 1964, que se estendeu mais do que então se previa, que os militares perceberam como a política podia ser nefasta para a própria instituição e, pressionados pela sociedade civil, dela resolveram se retirar, se profissionalizando, finalmente, e, apesar de certo ranger de dentes no Governo Jair Bolsonaro, aderindo à Constituição de 1988 (Axt, 2020).

Na historiografia, a Revolução Federalista foi inicialmente tratada com desconforto, contrastando com o destaque conferido à Revolução Farroupilha (1835-1845). Com efeito, depois da Paz de Ponche Verde, em 1845, fazia-se pouca questão de se invocar a lembrança da longa peleja, já que todos estavam novamente irmanados na nação brasileira. Com a emergência do movimento republicano no último quartel do século XIX, o republicanismo da Farroupilha foi subitamente recuperado (Gomes, Martins, 2017). Na esteira da Revolução de 1930, a Farroupilha, devidamente esconsada de seu aspecto separatista, prestava-se a exaltação de valores do gauchismo então vitorioso. Com o Golpe de 1964 e a perda de autonomia política das unidades federativas, surgiu no Rio Grande do Sul a Semana Farroupilha, um modo de celebrar o regionalismo. A fórmula coincidia com certa nostalgia da vida no campo, reação ao acelerado processo de urbanização do estado, de forma que os valores rurais também encontraram fruição nas novas comemorações. Tradições foram inventadas e hoje a Farroupilha é quase um mito fundante da identidade sul-rio-grandense.

Enquanto isso, a Federalista foi condenada a ser ocasionalmente referida como um ponto fora da curva, um levante regional, quando foi uma verdadeira guerra civil que assumiu, num determinado momento, feições antirrepublicanas, inclusive. Para os governos que seguiam, não convinha invocar o espectro de uma conflagração civil de tamanhas proporções. Por sua vez, a Marinha não fazia questão de reverenciar a quebra de hierarquia e o desastre militar das investidas descabeladas de seus então melhores almirantes. Já o Exército, patrono de uma República dimanada de uma quartelada, também não tinha porque reconhecer as notáveis fragilidades e fraturas intestinas expostas pela macabra contenda. Gaúchos e catarinenses, por fim, tinham dificuldade de equacionar no plano da memória regional aquela explosão de ódios fratricidas que tisonou o solo avoengo. Não calhava a ninguém, salvo a um punhado de sobreviventes federalistas, derrotados e afônicos, reconhecer que a República se erguera sobre campos sangrentas (Axt, 2017).

O General Souza Docca (1954, p. 361) referiu-se à Revolução Federalista como “um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação, e

o fazemos silenciando seus acontecimentos”. Por sua vez, a historiografia acadêmica que se afirmou na esteira enfrentou dificuldades para identificar causas econômicas da revolta, traduzida como resultado de uma cisão no interior da classe dominante, que girava em torno da forma de governo: parlamentarista e centralizada na União, mas com fortalecimento dos municípios, para os federalistas, também chamados de libertadores ou *maragatos*; presidencialista e federativa para os governistas, ou republicanos, alinhados a Júlio de Castilhos e a Floriano Peixoto, concentrando poderes nos Executivos estaduais. Aos dois conjuntos, atribuiu-se juízos de valor, sendo o projeto governista considerado progressista, mais associado às classes médias urbanas, à economia da zona de colonização europeia e à indústria, enquanto os federalistas eram percebidos como porta-vozes do liberal-conservadorismo associado ao elitismo decadente da monarquia (Müller, 1972, p. 38; Antonacci, 1981, p. 11, 26; Fonseca, 1983, p. 106; Pinto, 1987, p. 90; Vizentini, 1992, p. 7; Trindade, 1993, p. 158; Bosi, 1996, p. 281).

Baretta (1985) introduziu uma nova compreensão ao mostrar que o conflito entre facções durante a refrega havia sido mais feroz em municípios onde eram acirradas disputas pela posse de terras e nos quais, durante o Império, era mais tensa a fricção entre os Partidos Liberal e Conservador. Além disso, mostrou que do lado dos federalistas mobilizaram-se comerciantes fronteiriços e platinos engajados naquilo que qualificavam livre comércio, mas que era taxado de contrabando por comerciantes da zona urbano-litorânea, fixados em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, associados aos republicanos.

Trabalhos posteriores (Axt, 2001; 2011; 2021) mostraram como essa cisão intraclasse dominante pautou políticas dos governos Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros, seu sucessor a partir de 1898, mas que até 1903, quando da morte do primeiro, funcionou como seu fiel secretário. Félix (1987) e Franco (2012) indicaram ainda como o controle dos cargos públicos era estratégico para garantir o sucesso econômico dos indivíduos, dado a característica ainda patrimonialista do estado e pré-capitalista da economia, confirmando, para o Rio Grande do Sul, cenário descrito por Leal (1978) para o

Brasil, característico do sistema coronelista de poder, marcado pela indistinção entre os espaços públicos e privados. Nossa toada, obras recentes apontam no sentido da composição social complexa do elemento revolucionário, congregando não apenas grandes estancieiros ou ricos comerciantes da fronteira, mas também ervateiros, posseiros, pequenos proprietários rurais e descendentes de imigrantes europeus (Cabeda, 1993, 2004; Alves, Torres, 1993; Ardenghi, 2003; Axt, 2018), o que vem sendo amplamente confirmado pela memorialística, tanto a já conhecida (Escobar, 1919; Muricy, 1946; Dourado, 1977; Guimarães, 1987; Grabowski, [2002]), quanto a que veio a público nos últimos anos (Lima, 1906; Axt, Cabeda, Seelig, 2002; Tavares, Tavares, 2004; Axt, Costa, Martins, 2009).

Edição recente, organizada por Ana Luiza Reckziegel (2020), reúne textos que refletem o estado atual dos estudos a respeito da Revolução, com destaque para o esforço em comentar novas fontes. A obra coletiva atualiza iniciativa capitaneada em 1993 por Francisco Alves e Luiz Henrique Torres. Síntese do conflito pode ser consultada em Axt (2008; 2018) e em Axt (2021) há uma reflexão sobre os sucessos posteriores.

Este artigo se propõe a sistematizar a trama dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul que conduziu à eclosão da Revolução Federalista. O texto apoia-se essencialmente em perspectivas já tratadas na historiografia, recorrendo pouco a fontes primárias. Trata-se de um esforço de síntese que objetiva facilitar o trânsito do leitor pelo cipoal característico do cenário que se estendeu da Proclamação da República ao início da Revolução Federalista.

1. Da proclamação da República às vésperas da Revolução

Nos anos 1880, o movimento republicano era incipiente, mas crescia, impulsionado pelo entusiasmo de jovens moços dispostos a buscar lugar na política, enquanto o Império se desgastava. Os liberais temiam um terceiro reinado conduzido por uma mulher, a Princesa Isabel, tanto mais, católica fervorosa e casada com um príncipe estrangeiro por quem se tinha pouca simpatia. Os militares andavam inquietos, sentindo-se desprestigiados, desde que carregaram

a nação nas costas na Guerra do Paraguai. As burguesias agrárias e pré-industriais dos estados mais economicamente dinâmicos, especialmente São Paulo e Rio Grande do Sul, clamavam por maior autonomia administrativa nas províncias, reforma que o Imperador Dom Pedro II resistia a acolher. Fazendeiros e estancieiros, de um modo geral, exigiam a ampliação do crédito à lavoura e à pecuária. No Rio Grande do Sul havia uma crise localizada: em 1883, em Pelotas, três charqueadas faliram, indicando que havia algo errado (Carone, 1971; Caggiani, 1997, p. 15; Castilhos, 2013, p. 30).

O primeiro congresso regional do Partido Republicano Rio-grandense foi realizado em Porto Alegre, em 1884. Júlio Prates de Castilhos se projetava como liderança, exortando correligionários a fundarem clubes nas localidades do interior. Nas últimas eleições do Império, os republicanos já faziam algum barulho. Para a legislatura de 1887, lograram eleger um candidato, Joaquim Francisco de Assis Brasil, natural de São Gabriel (Caggiani, 1997, p. 15; Castilhos, 2013, p. 30; Aita *et al.*, 1996, p. 51).

Em meio à crise que se avolumava, o Império empossou, no Rio de Janeiro, o Gabinete Visconde de Ouro Preto, em 7 de junho de 1889. Procurando recompor sua base de sustentação, recorreu ao Partido Liberal (Carone, 1971; Janotti, 1986). No Rio Grande do Sul, depois de um longo domínio conservador, em que os liberais amargaram a condição de opositores entrincheirados na Assembleia Legislativa, Gaspar Silveira Martins – nascido em 5 de agosto de 1834, em Aceguá, fundador, em 1870, do jornal liberal *A Reforma* e deputado geral pela primeira vez em 1873 – assumiu o Governo disposto a esmagar os adversários. Dessa vez, a conhecida derrubada dos cargos públicos, cujos titulares não gozavam de estabilidade e eram ceifados, quando se processava uma troca ministerial, alcançou proporções consideráveis (Axt, 2008, 2018).

Reagindo ao quadro de exclusão que sobre eles se abateu, conservadores aproximaram-se do movimento republicano. Foi o caso dos líderes bajeenses Francisco da Silva Tavares e de João Nunes (Joca) da Silva Tavares, que assinaram um manifesto em princípios de julho de 1889. Em nível regional, o discurso liberal esvaziou-se, pois as limitações de ordem estrutural da Província,

tais como a arrecadação fiscal comprimida, inviabilizaram boa parte das reformas pleiteadas durante os anos de oposição. Aos olhos já céticos de muitos, nada mudava. Assim, a chegada dos liberais ao poder terminou levando água ao moinho dos republicanos (Moritz, 1939; Franco, 1988; Piccolo, 1988; Pesavento, 1992).

Mesmo prestigiados por setores da opinião pública, os republicanos seguiam minoria quando o 15 de novembro colheu a todos num hausto (Escobar, 1922, p. 19). Silveira Martins fora convocado à Corte, para onde embarcara a 12 de novembro, deixando interinamente no Executivo provincial Justo Azambuja Rangel. No dia 15, enquanto encontrava-se a caminho do Rio de Janeiro, um telegrama de Quintino Bocaiúva comunicava à redação de *A Federação*, órgão jornalístico do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que o Império ruíra: um governo provisório consultaria a nação sobre a instalação de uma constituinte (Moritz, 1939; Franco, 1988).

Justo Rangel ameaçava resistir e no Rio Grande do Sul estava sediada a maior guarnição militar do País. Assim, os líderes republicanos, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos, convenceram o Visconde de Pelotas a aceitar a indicação ao Governo Provisório. Membro da ilustre família Câmara, o Visconde, além de ser o militar mais respeitado na Província, era também Senador pelo Partido Liberal e se atritara com Silveira Martins durante a chamada questão militar. Assim, o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara garantiu a aceitação da República em solo sul-rio-grandense, costurando a adesão castrense (Franco, 1988).

Na região da fronteira, que inspirava apreensão em razão da forte presença militar, houve hesitação. Em Sant'Ana do Livramento, a notícia foi recebida na tarde do mesmo dia por telegrama, provocando euforia nos pregadores de primeira hora. Mas Isidoro Fernandes, comandante da Guarnição de Fronteira, negou-se a acolher o que considerou uma ruptura institucional, mantendo-se fiel ao ordenamento estabelecido. O comitê republicano local tratou de organizar resistência. João Francisco Pereira de Souza, estancieiro que aderira ao movimento republicano nos seus albores, apareceu à frente de 400 homens que recrutara no quarto distrito. Um telegrama de Deodoro da Fonseca, que assumira

provisoriamente o governo da nação, determinou que Isidoro entregasse o comando e retornasse ao Rio de Janeiro, evitando o confronto iminente. O primeiro “Viva a República” foi publicado no dia 17 no jornal *O Cidadão*: “durante três dias estivemos como entre muralhas de cidade sitiada, na previsão de entrechoques sanguinolentos” (Caggiani, 1997, p. 18).

O Partido Liberal resignou-se a contragosto. Com a prisão de Silveira Martins no Desterro, atual Florianópolis, o jornal *A Reforma* estampou no dia 19 o célebre “manifesto dos três Joaquins”, cuja autoria foi atribuída aos próceres Joaquim Pedro Salgado, Joaquim Antônio Vasques e Joaquim Pedro Soares: “em linhas gerais, seu teor era um truísmo que primava pela empatia do fato consumado”. Os liberais aderiram ao novo regime em nome *do* “empenho de evitar uma luta civil”, sem deixar, todavia, de alertar para o fato de seu partido constituir “uma força e como tal deve ser respeitado” (O’Donnell, 1991, p. 29-33).

Manifestações descosidas afloraram nos primeiros dias. Quando Silveira Martins foi preso na Ilha do Desterro, no dia 19 de novembro, um cabo capitaneou um motim, logo desbaratado. Na tarde do dia 18 de dezembro, no Rio de Janeiro, quando Cesário Alvim levou o decreto de deportação a Silveira Martins, irrompeu uma revolta da soldadesca no Quartel de São Cristóvão. Justo de Azambuja Rangel, ao transmitir a Presidência do Rio Grande do Sul ao Visconde de Pelotas, dizia estar aceitando a ruptura para impedir a guerra civil. Apelos semelhantes foram lançados pelo editor de *A Reforma*, Karl von Koseritz: num manifesto em alemão que alcançava a região colonial, onde Gaspar Silveira Martins contava com simpatizantes (Moritz, 1939).

O Governo Provisório designou Júlio de Castilhos para a Secretaria do Governo Estadual. Convictos de que a transigência com os liberais terminaria atrelando o Partido ao rolo compressor gasparista, os republicanos fecharam-se. Guindados ao poder por uma quartelada, pretendiam preservar suas trincheiras da contaminação de adesistas poderosos. Iniciou-se, assim, a derrubada dos liberais dos cargos e a substituição das posições de comando nos municípios (Franco, 1988; Escobar, 1922, p. 20-21).

Diante dos frequentes desentendimentos dos secretários de Estado com a política conciliatória do Visconde de Pelotas, passaram a promover aqueles uma série de atos administrativos, organizando nova estrutura policial e transferindo poderes do governador para o chefe de polícia. No dia 9 de fevereiro de 1890, cortejado pelos antigos liberais e pressionado pelos republicanos, o Visconde transferiu por decreto o poder a Castilhos. Este, cauteloso, preferiu preservar-se, apontando como substituto outro militar, o General Júlio Anacleto Falcão da Frota, empossado no dia 11 (Moritz, 1939; Franco, 1988).

Porém, com a insistência do ministro da Fazenda do Governo Provisório no Rio de Janeiro, Rui Barbosa, em estabelecer os bancos emissores, o general Frota, em companhia dos Secretários, resignou o comando em 1º de maio. Em solidariedade, também renunciaram o ministro Demétrio Ribeiro e o embaixador Ramiro Barcellos. Discordavam, os republicanos, da política emissionista e temiam a entrega da direção do Banco Emissor do Sul a financistas não-alinhados.

Duas grandes questões econômicas agitavam o debate no início da República, fermentando o caldo do qual transbordaria a guerra civil: a *tarifa especial* e os bancos emissores. A *tarifa especial* fora cerzada sob os auspícios de Gaspar Martins e estabelecia uma espécie de acomodação, em face da qual o governo reconhecia a incapacidade de fiscalizar a permeável fronteira com o Prata e tolerava o comércio livre. Era um mecanismo de equilíbrio entre interesses conflitantes, consubstanciados na divisão entre alto comércio urbano litorâneo, convergente para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, e o comércio fronteiriço, determinado pela presença do contrabando de mercadorias com o Uruguai e a Argentina. A crise no setor saladeiro, descortinada no início dos anos 1880, agudizava as tensões. A tarifa, implantada em 1878, ainda em tempos do Império, converteu-se numa das chaves para a lealdade dos estancieiros fronteiriços ao Segundo Reinado (Baretta, 1985, p. 31-32; Axt, 2002a, 2016).

Na oposição à *tarifa especial* somavam-se os trabalhadores e fabricantes independentes de Porto Alegre e de Pelotas, representados na Liga Agrícola e Industrial. As opiniões da Liga costumavam ser consideradas pelos

líderes republicanos, empenhados na construção de uma nova hegemonia. Ramiro Barcellos chegou a ser eleito membro da diretoria da Liga em 1890. Graças às promessas veiculadas no programa do Partido Republicano de 1884, de incentivo à indústria e, ainda, de extinção da *tarifa especial*, os republicanos conquistaram o apoio da Liga, cujos integrantes recheavam as manifestações de rua (Bak, 1999, p. 8-10).

Ao assumir o Ministério da Fazenda, Rui Barbosa disse ser a *tarifa especial* uma demonstração de fraqueza do governo brasileiro e que seu efeito prático teria sido enriquecer alguns fronteiriços em detrimento dos comerciantes litorâneos². O Governo Provisório considerou a *tarifa especial* um sustentáculo da autonomia dos estancieiros da fronteira – muitos dos quais formavam o coração do núcleo oposicionista – cujos interesses se conectavam aos dos comerciantes locais (Baretta, 1985, p. 31-32; Moura, 1892, p. 64). Deodoro da Fonseca e os militares nutriam antigas hostilidades para com este segmento. Enquanto Silveira Martins e Deodoro eram inimigos pessoais (apesar de ambos serem maçons), o Exército alimentava desconfianças com relação aos estancieiros da Campanha, cujo poder afirmava-se com relativa independência (Baretta, 1985, p. 219-220).

Assim, o Decreto nº 196, de 1º de fevereiro de 1890, criou a Delegacia Fiscal e extinguiu a *tarifa especial*. Além disso, o Delegado Fiscal no Rio Grande do Sul, João Curvello Cavalcanti, baixou uma Circular em 28 de fevereiro de 1890 proibindo a concessão de guias de trânsito para mercadorias ingressas pela fronteira, reinstituindo as zonas fiscais, que se tornaram obsoletas durante a vigência da fórmula. A medida foi ratificada pelo Decreto nº 805, de 4 de outubro de 1890, o qual, com base no Artigo 644 da Consolidação de Leis das Alfândegas de 1885, conformou as zonas fiscais em ¼ de légua além da linha divisória das municipalidades fronteiriças (Silva, 1922, p. 480-487; Axt, 2002a, 2011).

Em Rio Grande e em Porto Alegre quase duplicou a arrecadação de impostos federais, cifra tanto mais impressionante se considerado incluir o cômputo de 1889 os impostos de exportação, transferidos à alçada estadual em

2 Rui Barbosa. Exposição de motivos ao Chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, do Decreto n.º 196, de 1º de fevereiro de 1890.

1890. Efetivamente, o fluxo do comércio se alterou e os clientes da fronteira passaram a consumir nas praças do litoral, o que pode ser registrado pela inversão de rotas indicada nos mapas de tráfego da estrada de ferro Rio Grande a Bagé (Silva, 1922, p. 480-487). Em contrapartida, se desorganizou a atividade mercantil da fronteira, onde crescia o clamor pela “liberalização” do comércio. A ação dos caixeiros viajantes de Livramento e de Uruguaiana, que antes penetravam em todo o território rio-grandense, beneficiando-se da *tarifa especial*, foi represada³ (Axt, 2011).

Já a intrincada questão dos bancos emissores, que esteve na origem da queda de dois governos no Rio Grande do Sul, alavancou a Crise da Abolição, a qual teve no Encilhamento – um período de febre especulativa na Bolsa de Valores – o seu ponto culminante. A sua marca foi a irresponsabilidade financeira dos governos pós-abolição da escravatura que engendraram a inflação, afugentaram investidores e subverteram a onda de otimismo que tinha animado o país com a liberação de capital provocada pela abolição pacífica, convertendo-a em depressão macambuzia. Perdeu-se, naquela oportunidade, a chance de uma reforma social de razoáveis proporções. Os três governos, um monarquista e dois republicanos, que se seguiram ao gabinete abolicionista, de 1888, triplicaram a moeda em circulação e estimularam a jogatina na bolsa de valores, criando uma bolha especulativa sem precedentes, cujos ajustes precipitaram o país, posteriormente, em recessão, da qual a nação emergiu apenas depois de uma década. Entre 1889 e 1894, a moeda nacional caiu da paridade com a libra esterlina para um terço disso. Houve permissão para que bancos privados emitissem dinheiro, encorajamento de fraudes na bolsa de valores, enérgica alienação de terras públicas, com grande prejuízo ao erário, e concessão de contratos superfaturados (Schulz, 1996; Furtado, 1998; Axt, 2016).

A abolição espalhou uma onda de confiança pelo país, a exceção do Vale do Paraíba, cuja economia decadente sofreu com o impacto. Do destino dos libertos, contudo, todos se esqueceram em seguida e silenciou-se sobre os projetos de educação, de ensino de ofícios e de reforma agrária. Os estrangeiros,

3 Diário de Rio Grande, Rio Grande, 18 de dezembro de 1890.

muito impressionados com a solução pacífica da questão servil, quando todos esperavam conflitos, ampliaram o volume de créditos e investimentos, valorizando o mil-réis. Tanto em função da necessidade de pagar a massa de trabalhadores assalariados que estava surgindo, quanto em virtude do desejo de participar em projetos que encontravam condições favoráveis para prosperar, a taxa de juros foi incrementada, chegando a 10% entre comerciantes urbanos (Schulz, 1996; Axt, 2016).

Como Rui Barbosa se projetara como um dos principais críticos da política de Ouro Preto, torpedeando o projeto de criação de um superbanco central privado a partir do Banco Nacional, cujas ações vinham sendo negociadas com ágio vitaminado, convocaram-no para o Ministério da Fazenda. Preocupado em sedimentar as bases de sua revolução, o Marechal Deodoro deu-lhe carta branca para agir de modo a promover o crescimento anabolizado da economia. O governo desejou continuar os empréstimos à agricultura e os incentivos à imigração que vinham sendo concedidos por Ouro Preto, mas esbarrou na inquietação de financistas estrangeiros diante do golpe de estado que derrubara a monarquia. Houve suspensão de linhas externas de financiamento e fuga de capitais do país. A bolha de Ouro Preto entrou em colapso. Quando Rui Barbosa percebeu que os bancos se negavam a emitir notas em virtude da queda do câmbio, voltou-se para o conselheiro Francisco Mayrink, presidente do Banco de Crédito Real do Brasil e do Banco Predial, que havia recebido generosos benefícios de Ouro Preto, motivo pelo qual fora detido logo após a Proclamação da República. Mayrink convenceu Rui Barbosa a estabelecer bancos de emissão com lastro em bônus. Se mantidas dentro de limites estritos, essas notas evitariam a contração econômica sem provocar desvalorização da moeda. Mas Rui Barbosa exagerou na dose. A reforma bancária de 17 de janeiro de 1890 deu ao banco de Mayrink o privilégio de emitir 200 mil contos, sem obrigação de resgate do papel-moeda. Além disso, essa casa bancária e outros dois bancos regionais receberam vantagens exclusivas para negociar terras públicas e estabelecer contratos de construção que não tinham relação alguma com o sistema bancário. O anômalo decreto de Rui Barbosa ainda permitiu que ações de sociedades anônimas fossem

negociadas na bolsa a apenas 10% de seus valores integralizados. Essa permissividade, em particular, abriu as portas para uma grande fraude no sistema financeiro. Para completar a perversão do sistema, os acionistas de empresas milionárias constituídas com base em capital inexistente não eram responsabilizados em caso de falência, contrariamente ao que acontecia na Inglaterra, por exemplo. Rui Barbosa criou um sistema ultra-alavancado e desregulamentado (Schulz, 1996; Axt, 2016).

Os bancos brasileiros emprestaram contra a garantia de seu próprio capital e empregaram fundos, que deveriam ter ido para a agricultura e para o comércio, para subscrever fraudes e alimentar a especulação. O banco Mayrink emitiu notas sem ter investido um tostão, pois usou empréstimos subsidiados do governo. Pressionado pelos outros interessados, no dia 8 de março o ministro estendeu o privilégio de emissão para o Banco Nacional e para o Banco do Brasil. A autorização a Mayrink tinha sido reduzida de 200 mil contos para 50 mil, por conta da pressão da opinião pública, mas com o decreto de 8 de março, cada um dos três bancos poderia emitir 50 mil contos. Essas emissões não eram conversíveis. Ora, como afirma o historiador John Schulz, essa política havia sido adotada na década de 1860 com sucesso sob o ministério Souza Franco, mas restrita ao Banco do Brasil e a um período específico. O princípio das emissões não conversíveis poderia ser considerado genial e pioneiro, se aplicado com ética e responsabilidade; com as liberalizações e generalizações estabelecidas por Rui Barbosa, foi uma irresponsabilidade. Isso para dizer o mínimo, pois Mayrink presenteou Rui Barbosa com uma mansão, em agosto de 1890, quando ele ainda estava no governo. E, depois de sua exoneração, Rui empregou-se exatamente no banco de Mayrink. Enquanto isso, o colega de Rui no Ministério da Agricultura, Francisco Glicério, promovia enérgica concessão de terras públicas e de rentáveis contratos de imigração, enriquecendo especuladores que atravessavam o processo, em prejuízo dos imigrantes, do estado e da sociedade (Schulz, 1996; Axt, 2016).

No Rio Grande do Sul, onde houve férrea resistência aos bancos emissores, o Governo Provisório decidiu investir um militar estranho à região no

Executivo, nomeando o General Cândido Costa, que se encontrava no Rio de Janeiro. Em face de sua ausência, assumiu no dia 6 de maio o novo Vice-Governador, Francisco da Silva Tavares, bacharel pela prestigiosa escola de Direito do Largo de São Francisco, indicado para o cargo de fiscal do Banco Emissor do Sul e, a esta altura, hostilizado pelo núcleo castilhistas (Franco, 1988; Taborda, 1993).

Francisco da Silva Tavares procurou reunir em torno de si correligionários do Partido Conservador. Logrou atrair como aliados inimigos de outrora, como os liberais Antero Ferreira D'Ávila, Henrique D'Ávila e o Coronel Joaquim Pedro Salgado, a quem Silveira Martins, do exílio, confiara a direção do Partido Liberal. Tentou aproximar-se de republicanos *genuínos*, como então se designavam aqueles que não haviam integrado os antigos partidos monárquicos, mas conquistou poucas adesões, com destaque para Joaquim Antônio Ribeiro e Apelles Porto Alegre (Moritz, 1939; Axt *et al.*, 2005).

Apesar do esforço de coalizão, seu governo durou pouco. Já no dia 7 de maio, uma passeata em apoio aos abdicantes apedrejou a sede do recém-instalado Banco Emissor, cuja Presidência coube ao Comendador Frederico Duval. No dia 13 de maio, a pretexto de um préstimo à abolição da escravatura, a União Republicana, que reunia os propagandistas, realizou outra manifestação. Os ânimos estavam exaltados e se temia uma investida contra o Palácio. O Governo deslocou 60 praças para a sede da entidade, pressionando pela dissolução da reunião, mas o povo investiu contra o destacamento do Exército, que abriu fogo. Houve mortes e, entre os alvejados, caiu ferido o advogado João de Barros Cassal. Em repúdio, cadetes da Escola Militar, com o apoio do 13º e 30º Batalhões de Infantaria, marcharam sobre o Palácio. Desamparado pelas forças do Exército, Francisco da Silva Tavares renunciou e, capitaneando sua poderosa família, engrossou a dissidência. Sucumbiram o Governo Silva Tavares e o projeto de instalação do Banco Emissor (Moura, 1892, p. 10-11; Moritz, 1939; Axt *et al.*, 2005).

Nos dias seguintes, o *terror jacobino*, reagindo ao precedente do dia 13, emergiu. Júlio de Castilhos atiçava os ânimos pelas páginas d'*A Federação*,

chamando o curto Governo de Francisco da Silva Tavares de tirania. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo noticiou que Silva Tavares fora deposto por um movimento popular de largo alcance. Por falta de garantias, jornais locais suspenderam publicações. A edição d'*O Mercantil* do dia 16 de maio foi arrebatada. Diversos políticos, militares e jornalistas foram presos, incluindo Karl von Koseritz, d'*A Reforma*, e Daniel Job, redator-chefe d'*O Mercantil*. Políticos refugiavam-se em casa de amigos e fugiam da Capital (Moritz, 1939; Axt *et al.*, 2005).

O Marechal Deodoro da Fonseca teria reagido a contragosto à deposição de Silva Tavares, mas admitiu que o governo fosse empolgado pelo General Carlos Machado de Bittencourt, Comandante das Armas, o qual, contudo, face ao clima pesado que se adensava sobre Porto Alegre, não pretendia demorar-se na função. Finalmente, no dia 24 de maio, o General Cândido Costa chegou à Capital gaúcha. *O Mercantil* e *A Reforma* voltaram a circular, acusando o grupo representado por *A Federação* de semear a indisciplina e tentar promover uma sedição separatista. Qualificaram a deposição de Silva Tavares de golpe militar. No dia 30 de maio, depois de ter sofrido graves constrangimentos na prisão, Karl von Kosertiz morreu, gerando comoção, precisamente quando, já solto, preparava-se para emigrar com a família para o Rio de Janeiro. No dia 3 de junho, a imprensa porto-alegrense publicou um manifesto de Francisco da Silva Tavares, para quem a conspiração pretendia, além de sua deposição, a separação do Rio Grande do resto do Brasil. Verdade ou não, o General Cândido Costa convocara justamente aqueles que se opuseram à política de Deodoro da Fonseca para compor o novo Governo: Júlio de Castilhos, Fernando Abbott, Antão de Faria e Homero Batista. Os Generais Júlio Frota, Carlos Machado de Bittencourt, os Coronéis Sampaio, Arthur Oscar e os Tenentes-Coronéis Vespasiano de Albuquerque e Silva e Thomaz Thompson Flores, publicaram no dia seguinte uma resposta, repelindo a tese de conspiração defendida por Silva Tavares (Moura, 1892, p. 10-11; Moritz, 1939, p. 76-136; Axt *et al.*, 2005).

Ainda no dia 3 de junho, no aristocrático casarão dos Câmara, residência do Visconde de Pelotas, Francisco da Silva Tavares reuniu lideranças dos antigos

Partidos Liberal e Conservador, bem como alguns dissidentes republicanos, para celebrar a formação de uma nova agremiação. Os encontros prosseguiram pelos dias seguintes. Em 5 de junho, *A Reforma* deixou de imprimir o dístico “órgão do Partido Liberal” e, no dia 10, publicou o manifesto da recém-fundada União Nacional. O grupo, que abdicava, sem muito entusiasmo, de um eventual traço restaurador, reconhecia-se uma aliança heterogênea, organizada contra o que qualificava de exclusivismo tirânico. Não se pretendia um partido político e não se chegou a propor nenhum programa, mas foi pleiteada a participação no novo Governo. Integraram o diretório da União Nacional, entre outros, o Visconde de Pelotas, Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Apolinário Porto Alegre e Domingos Francisco dos Santos (Moritz, 1939, p. 137-147).

A queda do Governo Silva Tavares revela a sagacidade de Júlio de Castilhos, que se projetou como “demolidor de opositores”. Mas também desnuda a fragilidade do republicanismo, dependente da sustentação de Deodoro da Fonseca e da simpatia do Exército. Dessa convicção, surgiu o compromisso de Castilhos com o apoio à candidatura de Deodoro à curul presidencial, sem consulta às bases. Em reação, Barros Cassal excluiu seu nome da chapa que disputaria a eleição para a Constituinte federal. Terminou concorrendo como candidato independente. Sempre escudado em sua popularidade junto aos setores médios urbanos, especialmente os caixeiros-viajantes e os estudantes, proferiu discursos nas praças da Capital e polemizou com Castilhos pela imprensa, mas não chegou a se eleger. Recebeu, entretanto, a solidariedade dos eleitos Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, que rumaram em novembro para o Rio de Janeiro em situação de oposição a Castilhos. A oficialidade do Exército estacionada no Rio Grande do Sul também se dividiu: muitos se manifestaram contrários à candidatura de Deodoro, o que contribuiu para lastrear novas dissidências (Moritz, 1939, p. 149-150; Franco, 1988, p. 78; Axt *et al.*, 2005).

As manobras, que convergiram na eleição da chapa única do PRR para a Constituinte federal, em 15 de setembro de 1890, e excluíram a União Nacional, produziram vácuo de legitimidade. Denunciando a conspiração do prélio, a União Nacional absteve-se. Conforme o Decreto 511, de 23 de junho de 1890, conhecido

por Regulamento Alvim, em cada distrito sede deveria ser constituída mesa eleitoral presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, que designava ainda dois vereadores e dois eleitores, sendo, nos demais distritos, quatro mesários também nomeados pelo Presidente da Câmara. Todas as dúvidas e incidentes eram resolvidos pelo Presidente da Câmara, antes da composição da mesa e, depois, por maioria de votos dos mesários. Os eleitores apenas suscitavam questões mediante autorização prévia da mesa. A eleição era feita por maioria relativa, em lista completa, o que liquidava as chances da oposição. A apuração era afeta à mesa, que lavrava a ata respectiva e em seguida queimava as cédulas (Leal, 1978, p. 225).

Assim, do alistamento à apuração, o processo eleitoral era assinado por juntas municipais nomeadas pela situação. Inexistiam garantias para a representação das minorias. Castilhos vinha ainda – abrigado na Secretaria do Interior e Justiça, por ele criada – promovendo desde o Governo Júlio Frota a progressiva substituição dos funcionários públicos e dos comandos da Guarda Nacional por áulicos. A situação, sem surpresas, alcançou vitória espetacular nas eleições (Moritz, 1939; Franco, 1988, p. 79; Axt, 2011).

No Congresso, os dissidentes Antão de Faria e Demétrio Ribeiro aproximaram-se do Marechal José Simeão de Oliveira e do Contra-Almirante Custódio José de Mello, representantes, respectivamente, de Pernambuco e da Bahia, que capitaneavam a oposição ao Governo Deodoro da Fonseca. Também frequentava o grupo o Marechal Floriano Peixoto. Foi o início da aliança que desembocaria na Revolução de 12 de novembro de 1891 e, mais tarde, no *Governicho* do Desterro, durante a Revolta da Armada (Axt, 2008).

Em 20 de janeiro de 1891, demitiu-se o Ministério de 15 de novembro de 1889, formado por Rui Barbosa, Campos Salles, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiúva e Cesário de Faria Alvim. Benjamim Constant, que se afastara no dia 19, gravemente enfermo, faleceu no dia 22. O pano de fundo para a queda eram os crescentes boatos de que, se não eleito, Deodoro da Fonseca desfecharia um golpe de estado. O quadro era exacerbado pela desorganização das finanças face ao déficit e à desvalorização cambial

galopantes. Promulgada a Carta Federal no dia 24 de janeiro, realizaram-se as eleições indiretas no dia 25. Deodoro da Fonseca elegeu-se, mas o Vice de sua chapa, o paulista Prudente de Moraes, perdeu para Floriano Peixoto, Vice da oposição, encabeçada pelo Almirante Eduardo Wandenkolk (Moritz, 1939, p. 180-185; Franco, 1988, p. 95).

Apesar da falta de garantias, no dia 14 de abril, *A Reforma* estampou em Porto Alegre a nominata da chapa da União Nacional para a Constituinte estadual. O grupo vinha fortalecido pelos oficiais da Escola Militar que acompanhavam agora os dissidentes republicanos. Em 16 de maio de 1891, *O Mercantil* calculava em 160 o número de oficiais e cadetes desligados da Escola, em sua maioria, transferidos para Bagé e Jaguarão. Assim, entre outros, integravam a chapa da União Nacional Gaspar Silveira Martins, Francisco da Silva Tavares, José Bonifácio da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Francisco Antunes Maciel, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Antão Gonçalves de Faria, Demétrio Nunes Ribeiro, João de Barros Cassal, Wenceslau Escobar e Carlos Trein Filho (Moritz, 1939, p. 193; Axt *et al.*, 2005).

O PRR realizou uma consulta prévia entre 48 pré-candidatos e formou uma chapa única, no dia 16 de abril, com o apoio do Centro Católico, que na eleição anterior, para a Constituinte Federal, fizera-lhe oposição. A reação não tardou: no dia 23 de abril, surgiu o Partido Federal a partir da junção de elementos da União Republicana e da União Nacional. O projeto constitucional foi publicado no dia 25 de abril. O pleito foi desferido no dia 5 de maio e consagrou os candidatos da chapa republicana. Mesmo assim, os “federais” alcançaram quase 40% dos votos. Muitas foram as acusações de fraude de ambos os lados. O Rio Grande do Sul estava dividido (Russomano, 1976; Escobar, 1922; Franco, 1988).

Os trabalhos da Constituinte foram instalados em 25 de junho de 1891. A primeira constituição estadual nascia sob o pálio da intransigência. Na prática, o PRR legislou sozinho a partir de um anteprojeto elaborado por Júlio de Castilhos e apresentado pelo Governador em exercício, Fernando Abbott (Axt, 2001; 2002).

Os debates foram céleres. A apresentação de emendas iniciou no dia 11 de julho e a promulgação deu-se no dia 14 de julho em sessão solene que também

elegeu indiretamente Castilhos Governador. Foram poucas as emendas e escassas as vozes dissonantes. A Constituição de 14 de julho ficou conhecida pela influência da ideologia positivista. O diploma fortaleceu o Executivo e esvaziou competências legislativas da Assembleia, cuja competência passava a residir apenas em matéria orçamentária. Além disso, determinava a indicação do vice-presidente pelo presidente do Estado e permitia o regime de reeleições sucessivas. A pressa com que os constituintes aprovaram o projeto desvelava um “clima de convenção jacobina” (Franco, 1988; O’Donnell, 1987, p. 62-64).

Enquanto isso, as relações entre a Presidência da República e o Congresso Nacional andavam mal. No dia 14 de outubro, renunciou ao mandato o Senador baiano José Antônio Saraiva, em protesto contra as desinteligências crescentes. A crise atingiu seu ponto culminante com a dissolução, sob influência do Barão de Lucena, do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro em 3 de novembro de 1891.

A bancada gaúcha, com exceção de Pinheiro Machado, repudiou o golpe, mas a reação de Castilhos foi ambígua. Dependendo do apoio federal para a manutenção do regime, determinou ao chefe de Polícia que mantivesse a ordem na Capital e enviou um telegrama lacônico a Deodoro da Fonseca. Houve prisões. A oposição agiu. Já no dia 4, Barros Cassal animou distúrbios em Viamão, destituindo autoridades policiais. A população de Pedras Brancas (atual Guaíba) seguiu o exemplo. As guarnições do Exército em Bagé, instigadas pela família Tavares, e em Rio Grande sublevaram-se. No dia 8 de novembro, Castilhos e o General Salustiano dos Reis, reconhecendo a incapacidade de conter os protestos, pediram auxílio militar a Deodoro da Fonseca. Em seguida, no dia 10, em Sant’Ana do Livramento, Rafael Cabeda, que se recolhera a Rivera, pilotou um protesto com apoio do 12º Regimento de Cavalaria, comandado pelo coronel Benjamim Pereira Monteiro, e com o concurso das forças do coronel José Nemencio Escobar, chefe colorado do Departamento de Rivera. João Francisco Pereira de Souza, que havia sido nomeado tenente da 1ª Companhia do 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, tentou resistir, mas abandonou o intento por estar mal municiado. Sem obter resposta de Deodoro da Fonseca, a 11 de

novembro Júlio de Castilhos promoveu uma reunião em Palácio com deputados e colaboradores militares, formalizando contrariedade à dissolução do Congresso. Mas já era tarde. Na manhã do dia 12 de novembro, em Porto Alegre, uma manifestação iniciada na Praça da Alfândega derivou à Praça da Matriz: Castilhos recebeu um documento pedindo a sua renúncia. Não lhe restando alternativas, atendeu ao ultimato, apesar do protesto de amigos que se encontravam com ele, como o Coronel João Cesar Sampaio e Francisco de Paula Alencastro, comandante do corpo de transporte, que prometeram sustentá-lo (Souza, 1923, p. 53; Moritz, 1939, p. 240-245; Franco, 1988, p. 105-110; Caggiani, 1997, p. 22; Ulrich, 1903, p. 15-29).

Proclamou-se, então, uma Junta Governativa, composta pelo general Manuel Luís da Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que logo entrou em descompasso com o segmento gasparista, que impulsionara o movimento de deposição de Castilhos. A 18 de novembro, assediados por Antunes Maciel, que desejava um posto na Junta, Assis Brasil e Barros Cassal, sob a desculpa de conferir melhor organicidade ao Governo, entregaram seus postos ao general Domingos Alves Barreto Leite (Escobar, 1922, p. 37). Cercado pela Marinha e politicamente isolado, Deodoro renunciou em 23 de novembro, entregando o Governo ao vice, Floriano Peixoto (Moritz, 1939, p. 310-314; Axt *et al.*, 2005).

No Rio Grande do Sul, Barros Cassal instituiu juntas provisórias municipais, derrubando os castilhistas e espalhando onda de retaliações e violências (Moura, 1892). Em Livramento, por exemplo, João Francisco Pereira de Souza e os irmãos Bernardino e Francisco Pedro foram emboscados na Coxilha Negra, local onde residiam, por *patriotas* cassalistas, conseguindo escapar para o Uruguai sob saraivada de balas. Acompanhado de seus subordinados na Guarda Nacional, estiveram entre os muitos santanenses que migraram para o país vizinho, de onde começaram a tramar a virada de jogo. O jornal castilhista *A Democracia* foi empastelado e o jornal *O Republicano* transferiu a tipografia para Rivera. Estâncias da região foram saqueadas. Arthur Ulrich elabora uma longa lista de

roubos, prisões ilegais e assassinatos que teriam assombrado o período (Caggiani, 1997, p. 23; Ulrich, 1903, p. 41-43).

A reação castilhista veio em 4 de fevereiro de 1892, quando estalou atabalhoadamente uma revolta em Porto Alegre. Mal planejada, degenerou em fracasso, dando azo ao recrudescimento da repressão (Franco, 1988, p. 111-123). A instâncias do presidente gaúcho, o governo brasileiro solicitou ao do Uruguai a internação no país dos republicanos concentrados em Rivera. João Francisco Pereira de Souza foi para a estância do pai, em Lunarejo, onde, com Ataliba Gomes, treinou uma força composta por cerca de cem homens. Castilhistas cotizavam-se a partir daí para custear despesas reclamadas pela conspiração. O Barão do Itaqui, Boaventura José Gomes, teria sido um dos principais financiadores do movimento santanense (Ulrich, 1903, p. 60).

Em 13 de março de 1892, castilhistas se reuniram em Monte Caseros, na República Argentina, na divisa com a cidade brasileira de Barra do Quaraí e com a vila uruguaia de *Bella Unión*. Ali, lavraram uma ata, jurando bater-se até a morte pelo restabelecimento dos seus ideais. Entre outros, estavam presentes José Gomes Pinheiro Machado, os generais Hypólito Ribeiro e Francisco Rodrigues Lima, os Coronéis Gabriel Portugal, Evaristo Teixeira do Amaral, Felipe de Aguiar, Aparício Mariense, os tenentes-coronéis Firmino Fernandes Lima, Honorato Cunha, Manoel do Nascimento Vargas, Antônio Cidade, Ataliba Gomes, o Capitão Horário Fernandes, o tenente Antônio Duarte Jardim, e o bacharel Adolpho Martins de Menezes. Políticos, militares e comerciantes, uruguaios e argentinos, apoiaram a conspiração (Souza, 1923, p. 54; Souza, 1934, p. 69).

A situação acirrou-se com o retorno de Gaspar Martins do exílio em 21 de fevereiro. O tribuno drapejou o estandarte da república unitarista e parlamentarista, cindindo o bloco de sustentação reunido pelo Partido Federal. Pouco depois, titubeante, o General Barreto Leite transferiu o Governo a Barros Cassal, que adiou a convocação de uma Constituinte. A 31 de março, entusiasmados com o regresso do líder, os gasparistas fundaram em Bagé o Partido Federalista, separando-se dos dissidentes. Barros Cassal outorgou às pressas uma Constituição em 29 de março de 1892 e postergou mais uma vez a

convocação de eleições, com o que pretendia ganhar tempo para expandir a base de sustentação em detrimento dos liberais e conservadores coligados (Franco, 1988, p. 124-125; Escobar, 1922, p. 39).

A nova Carta foi repelida pelos federalistas e pelos castilhistas. O texto vazava uma adaptação da Constituição de 14 de julho, o que expunha igual compromisso com a ideologia positivista e com o centralismo autoritário. Não era, portanto, uma alternativa (Russomano, 1976; Franco, 1988).

No Congresso de Bagé, os gasparistas declararam-se em oposição ao regime instaurado em 12 de novembro. Propuseram eleições de quatro em quatro anos para a Presidência estadual, vetando a possibilidade de reeleição. Além disso, propugnavam para a Assembleia eleições distritais por voto incompleto e renovação bienal pela metade. A iniciativa legislativa pertenceria cumulativamente ao Parlamento e ao Poder Executivo. Os municípios gozariam autonomia administrativa e legislativa. Finalmente, a nomeação dos magistrados seria prerrogativa do Governo Federal, para o caso dos juízes de direito, e das Câmaras Municipais, para os juízes distritais (Moura, 1892, p. 122-123).

Os federalistas empenhavam-se no fortalecimento do Legislativo e na descentralização administrativa com valorização do municipalismo. Quanto à Justiça, aceitava-se a estadualização dos Tribunais de segunda instância, proposta pela Carta Nacional de 1891. Pretendia-se assim limitar a influência da política estadual sobre a Magistratura, deslocando-a para o centro federal e para os municípios, que deveriam constituir a fonte do poder republicano, como propuseram as reformas ventiladas pelo Gabinete Visconde de Ouro Preto, ascenso em 7 de junho de 1889 e derrubado pela insurreição republicana (Axt, Cabeda, Seelig, 2002, p. 18).

2. A eclosão da Revolução Federalista

A Carta de 29 de março teve vida efêmera. No dia 8 de junho, o general Barreto Leite, que retornara ao poder substituindo Cassal, nomeou para vice o Visconde de Pelotas, resignando em seguida mais uma vez o cargo. Por intermédio do Visconde, que assim era reconduzido ao governo, os gasparistas,

projetando a realização de eleições no dia 21, permaneceram nove dias no comando, sendo surpreendidos por uma sedição castilhista armada com o apoio do presidente da República, Floriano Peixoto. O marechal, que concorrera para a sustentação do Governo Provisório, retrocedeu e deu garantias a Castilhos, provavelmente temeroso do renascimento do gasparismo parlamentarista. Desde o início de maio, Floriano Peixoto despachara para Porto Alegre o major José Caetano de Faria, incumbido de tentar aproximar castilhistas e cassalistas a fim de evitar a explosão de animosidades. O negociador não obteve, entretanto, sucesso. E informara Floriano de que, se realizadas eleições, o poder cairia em mãos de Gaspar Martins. Em 17 de junho de 1892, estalou o levante (Russomano, 1976; Franco, 1988; Medeiros, 1995, p. 17).

Sem o apoio do Exército, o Marechal Visconde de Pelotas concluiu pela impossibilidade de resistência. Num gesto simbólico, transferiu o comando para o Brigadeiro João Nunes (Joca) da Silva Tavares, que estava em Bagé, tentando com isto estabelecer o impasse em torno da dualidade de governos. Joca Tavares convocou correligionários, mas as brigadas de provisórios castilhistas, municadas pelo Exército, já marchavam sobre Bagé, sob o comando de Hipólito Ribeiro, Isidoro Fernandes de Oliveira (que se bandeou para o castilhismo), Francisco Rodrigues Portugal, Luís Alves Pereira, Francisco Rodrigues Lima e José Gomes Pinheiro Machado. O coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães, à frente de força de infantaria e artilharia, negociou com Tavares uma rendição, sob a condição de que a vida e as propriedades dos moradores fossem garantidas. Depostas as armas, Castilhos enviou telegrama desautorizando-as e os *patriotas* de Manuel Pedroso de Oliveira e Bernardino Motta invadiram Bagé, cometendo tropelias e perseguições: o episódio ficou conhecido como a “traição de Bagé” (Medeiros, 1980; Thompson, 1959, p. 35; Cabeda, 2005).

Em Sant’Anna do Livramento, onde os federalistas eram bem organizados, no dia 19 de junho, uma coluna comandada pelo coronel Antônio Virgínio Martins e pelo tenente-coronel Bento Correa de Mello penetrou a cidade. A cavalaria republicana, mandada por Ataliba Gomes e João Francisco Pereira de Souza deu-lhes suporte. Os republicanos lograram vitória. Em 25 de junho, o marechal Isidoro

Fernandes de Oliveira foi nomeado por Castilhos comandante da Guarnição de Fronteira. Isidoro chamou João Francisco, agora já capitão da Guarda Republicana, para ajudá-lo, confiando-lhe o estratégico Esquadrão de Vigilância, que deveria monitorar o comportamento dos federalistas imigrados. Muitos fugiram para o Uruguai, seguindo os passos dos republicanos sete meses antes (Souza, 1923, p. 50; Caggiani, 1997, p. 26).

A situação se deteriorava. Castilhos não apenas era incapaz de controlar o ímpeto da vendeta, como ainda a açulava. Wenceslau Escobar (1919) contabilizou quase 150 assassinatos por motivos políticos no segundo semestre de 1892. A maior parte das vítimas era federalista. Em Porto Alegre, a polícia atacou a residência de José Facundo da Silva Tavares, matando dois de seus filhos. Dois dias depois foi assassinado o comendador Frederico Haensel, deputado pelo Partido Liberal entre 1881 e 1889. Noutro episódio rumoroso o chefe republicano Evaristo Teixeira do Amaral foi castrado e degolado em Cruz Alta, tendo ainda pés e mãos decepados. Para vingar a morte do coronel, o filho menor de idade, à frente de uma escolta policial da Vila de Palmeira, massacrou dezenas de colonos, moradores do povoado do Cadeado, onde a emboscada acontecera, suspeitando de sua conivência com os federalistas. Posteriormente, os mandantes da morte de Evaristo foram presos em Cruz Alta sendo “suicidados” com requintes de crueldade na cadeia (D’Ávila, 2012, p. 43).

Floriano resolveu enviar outro observador, o General-de-Brigada João Batista da Silva Telles, que sugeriu, em novembro de 1892, a imediata nomeação de um interventor militar para o Estado a fim de evitar o iminente banho de sangue:

Urgentíssimo. Reservado. S. N. Estação de Bagé. Expedido em 2 de novembro de 1892. Marechal Floriano.

Ontem estive com o general Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitável desde que não se tome já as providências necessárias. Pelo modo por que chegaram as cousas aqui, acho que V. Exa. deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um governador militar, mas que este seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V. Exa. não faz ideia dos horrores que se têm

praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois por toda a parte se degola homens, mulheres e crianças como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia quer individual, quer material.

V. Exa. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo infelizmente praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. Em Porto Alegre, por ocasião de efetuar-se a prisão de Facundo Tavares, foram feridos com dois balázios o meu sobrinho major Pantaleão Telles e também um oficial que compunha a força e mortos dois filhos de Facundo; de modo que isso na minha opinião vem agravar mais a situação por demais melindrosa. Os ânimos exaltadíssimos e por isso suponho que a invasão se fará com brevidade. Os coronéis Pedroso e Motta, chefes republicanos de Piratini e Canguçu e também o tenente coronel Cândido Garcia, daqui de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande e é a quem mais deve este estado de cousas.

Assim me parece que V. Exa. deve quanto antes tomar providências enérgicas a fim de evitar uma catástrofe que necessariamente refletirá em todo o país.

Suponho que o único meio a seguir é como já disse a V. Exa. considerar já o Rio Grande em estado de sítio nomeando sem perda de tempo um governador militar mesmo por ser essa medida a desejada pelo povo rio-grandense.

Saúdo-vos afetuosamente. Sigo amanhã para a cidade do Rio Grande a levar a família. [Segue-se trecho cifrado, jamais traduzido...] General João Telles. (Villalba, 1897, p. 55; Cabeda, 2005, p. 262)

Apesar do contundente depoimento, Telles não foi atendido. Clara estava a disposição de Floriano de preservar Castilhos no poder a qualquer custo. Como reconheceu João Francisco, em 1934, na sua obra intitulada *Noventa e Três* – alusão inequívoca ao último romance do genial Vitor Hugo, publicado em 1874, logo após a eclosão da sangrenta Comuna de Paris, e cujo enredo se remetia a não menos cruenta contrarrevolta da Vendéia, de 1793 –, “Júlio de Castilhos era um verdadeiro estoico que tinha por princípio republicano o lema: todo amor para a nossa Pátria, todo o rancor para os seus inimigos, e, por divisa de combate: na guerra como na guerra” (1934, p. 100). Esse espírito pode ser bem apanhado em dois telegramas atribuídos a Castilhos por Wenceslau Escobar (1919): “Coronel José Soares, Camaquã, Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando as famílias. Viva a República! Castilhos.” “Coronel Madruga,

Cacimbinhas, adversário não se poupa, nem se dá quartel. Remeto armas e munições que pede. Castilhos”.

Em 15 de dezembro, Castilhos retornou a Porto Alegre, sendo empossado presidente do Estado pela Assembleia no dia 25 de janeiro de 1893. Em 2 de fevereiro, os guerrilheiros de Gumercindo Saraiva, estancieiro radicado em Santa Vitória do Palmar e refugiado no Uruguai desde a disseminação do terror, invadiram a fronteira nas proximidades de Bagé em companhia do velho Brigadeiro Joca Tavares, que, aos 76 anos de idade, fora investido comandante-em-chefe do Exército Libertador. Nas duas semanas seguintes, gaúchos uniram-se às forças de Gumercindo, totalizando um efetivo de cerca de três mil homens. Evitando a praça fortificada de Bagé, os libertadores, também chamados de federalistas ou maragatos, seguiram para Santana do Livramento, conquistando no caminho a cidade de Dom Pedrito, no dia 22, depois de intenso tiroteio travado com o Exército brasileiro e os castilhistas (Chasteen, 2001, p. 25-79; Axt, 2008, p. 224-248, p. 235).

Começava a Revolução Federalista. Do lado governista, as forças chegaram a mobilizar 25 mil homens, sendo cerca de oito mil militares de linha e os demais provisórios, ou civis engajados, mantidos a soldo pelos governos estadual e federal. As forças do lado revolucionário oscilaram em número, mas jamais chegaram ao montante reunido pelo castilhismo. Mal armadas e equipadas, enfrentando problemas de comando interno, promoveram essencialmente uma guerra de movimento, que se estendeu até agosto de 1895. A economia foi severamente desorganizada, com campos talados, benfeitorias arrasadas e atividade produtiva e mercantil desarranjada, sendo necessários alguns anos para a sua recuperação, o que retardou o desenvolvimento da região em seu conjunto (Axt, 2018).

Mesmo com o país exausto depois de dois anos de violentas refregas, a pacificação de 1895 não foi consensual. Com a morte do Almirante Luís Philippe Saldanha da Gama no Campo Osório, na divisa entre o Brasil e o Uruguai, em junho de 1895, a oposição federalista, liderada pelo General João Nunes (Joca) da Silva Tavares, Barão do Itaqui, e o irmão Francisco, passou a admitir a paz sem a

revisão da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891 e sem a remoção de Júlio de Castilhos do poder, o que antes era questão de honra para Gaspar Silveira Martins, um dos principais líderes civis do movimento. Já o presidente da República, Prudente de Moraes, queria colocar um fim no conflito que esgarçava a nação, depauperando energias e vulnerabilizando sua soberania. Garantiu aos revolucionários a anistia, mas exigiu declarassem jamais terem investido contra os Poderes da República ou pautado questões nacionais, e não mexeu na polêmica Carta estadual. Não removeu Castilhos do poder, mas pressionou-o a renunciar à reeleição em 1897, além de conter suas pretensões à Presidência da República, como sucessor ideológico de Floriano Peixoto (Abranches, 1914; Franco, 1962; Love, 1975; Alves, Torres, 1993; Medeiros, 1995; Tavares, Tavares, 2004; Axt, Costa, Martins, 2009; Axt, 2018).

Castilhos, por sua vez, queria a capitulação incondicional dos inimigos, pretendendo persegui-los até a extinção. Além disso, propugnava que o governo *colorado* uruguaio fosse punido por ter permitido concentração de rebeldes em território vizinho e por não ter prendido líderes insurretos que para lá emigraram. Por essa razão, a missão do general Inocêncio Galvão de Queiroz, comissionado pelo presidente Moraes para efetivar a pacificação, foi hostilizada. O general, para se preservar da “influência magnética” de Castilhos, montou seu QG de operações em Pelotas e não foi a Porto Alegre. Segundo Medeiros (1995, p. 72), que se debruçou sobre o arquivo Prudente de Moraes, Galvão chegou a considerar a derrubada de Castilhos por meio de ato de força, assumindo interinamente a Presidência do Estado, mas não encontrou aderência junto aos colegas de farda para tal empreitada. A *Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), chefiado por Castilhos, chegou a publicar uma contagem regressiva para o fim do governo Prudente (Pezat, 2003; Tavares, Tavares, 2004).

3. Considerações finais

Durante o primeiro e segundo reinados, as forças políticas do país haviam se empenhado, aos tropeços, trancos e barrancos, na construção de um modelo

que, depois das contestações da Regência, se revelou relativamente estável. Certamente, demandava ajustes. Mas a ruptura golpista com exclusão de parcela significativa do processo político elevou as tensões a um nível insuportável. Diante do cenário de intolerância e de falta de garantias à propriedade, à liberdade de expressão e à própria vida, a explosão de violências desenhou-se como percurso. A história mostra que os agentes envolvidos tiveram várias oportunidades de evitar o banho de sangue, mas houve uma aposta sistemática no conflito.

Afinal, derrotados os revolucionários, o desfecho da Federalista consolidou a ditadura castilhistas. Seria necessária outra revolução, em 1923, para rever os termos da Constituição estadual de 1891 e o instituto da reeleição indefinida banido. A cidade de Porto Alegre foi fortalecida como centro mercantil do Estado, como desejavam os capitalistas que apoiavam Castilhos.

Em nível nacional, a derrota dos federalistas não apenas sepultou a ameaça restauradora monárquica, como, ainda, deu musculatura ao modelo presidencialista e federativo. O esforço de guerra ajudou a corroer as combalidas finanças impactadas pelo Encilhamento e postergou a recuperação da economia do país, que apenas começou a deslanchar no século XX.

Até o século XVIII, magistrados e administradores estavam a serviço do governo e as facções a serviço delas mesmas. Fazer oposição significava envolver-se em intriga, em conspiração e em insurreição. Isto é, a política era um estado de guerra. A representação desses combates fica evidente nas peças de Shakespeare, por exemplo, nas quais campos de batalha pareciam extensões de dramas palacianos, e vice-versa. Enquanto reis eram tocados por uma aura de divindade, rivais políticos se digladiavam como inimigos figadais. Na França, Richelieu, depois de ascender ao poder em 1620, exilou e executou opositores, de modo persecutório e inclemente. Conselheiros decaídos não apenas tinham suas carreiras obstadas, como perdiam bens e até a própria vida. Erros eram corrigidos com vinganças, não raro publicamente espetacularizadas. Em 1719, logo depois da morte do Rei Carlos XII da Suécia, seu influente e impopular ministro, o Barão Görtz, foi julgado e decapitado. Mas um historiador da época achou que se tratava de um “homicídio jurídico”, revelando novas sensibilidades. Nessa quadra, na

França e na Inglaterra já se aceitava que ministros desgraçados simplesmente se exilassem em uma casa de campo (Gay, 1995).

A dinâmica do “nós contra os outros” seguiu ao longo dos séculos galvanizando massas. Mas a partir das revoluções liberais – Inglesa, Francesa e Estado-Unidense – os políticos começaram a desenvolver instituições que permitiram a sua sobrevivência nas disputas pelo poder, ou seja, mesmo os derrotados poderiam um dia retornar à arena e ao brilho da ribalta. A oposição foi considerada legítima, como forma de manutenção do sistema, e a liberdade de imprensa e de associação foi afirmando-se como garantia. A agressão foi sublimada e contida. David Hume e Edmund Burke celebraram na Inglaterra a moderação da eloquência acrimoniosa das facções, cuja transmutação em partidos estáveis enalteceram. O tolerável, assim, termina onde começa a blindagem contra as proscricções (Axt, 2018b).

Para muitos que seguiam Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto, contudo, estava em jogo mais do que uma simples mudança na forma de governo. Tratava-se de uma revolução, que prometia a extinção de privilégios, autonomia aos estados e acenava com o progresso. Numa sociedade ainda fortemente lastreada nos princípios de honra e em valores patriarcais, a guerra não necessariamente era vista como uma aberração. Quando o estopim de Sarajevo foi atirado, em 1914, por exemplo, até mesmo o sensível e erudito Nobel de Literatura Thomas Mann (que mais tarde se oporia ao nazismo), sem a menor noção do banho de sangue e da brutal destruição que estavam por vir e cobrir o continente europeu, exclamou: “a guerra traz purificação, libertação e uma enorme esperança” (Gay, 1995).

Se Clausewitz (2010) celebrou o aforismo segundo o qual seria a “guerra a continuação da política com a entremistura de outros meios”, Hannah Arendt (1994) defendeu que a violência seria a negação da política. O debate é complexo, pois, como demonstrou Marcuse (1973), a ordem burguesa administra internamente a aplicação do germe da violência, de tal sorte que os limites da ação política precisam, em certas situações, como na África do Sul sob o regime do Apartheid (Sampson, 1988), serem testados e eventualmente empurrados.

A tragédia da guerra civil de 1893 nos remete para a face mais cruenta da nossa política, invocando a necessidade de investirmos na preservação e qualificação permanente dos espaços de mediação do confronto, bem como nos instrumentos de valorização do debate público. Se as instituições falham no controle do poder e na equação dos conflitos, a violência pode arrastar a todos, provocando destruição e sofrimento evitáveis.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. **A revolta da Armada e a revolução rio-grandense**. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914.

AITA, Carmen; ARAÚJO, Vladimir; AXT, Gunter. **Parlamentares gaúchos: das Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)**. Porto Alegre: Diretoria de Atividades Culturais, Assembleia Legislativa do RS, 1996.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis**. Lutas e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

AXT, Gunter. **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891. **Revista Justiça e História**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 305-344, 2002.

Axt, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. **História em Revista**, Pelotas, v. 8, p. 69-110, 2002a.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. *In*: AXT, Gunter (org.). **As guerras dos gaúchos**. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

AXT, Gunter. **Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

AXT, Gunter. Ramiro Barcelos e as questões econômicas de seu tempo. *In*: FISCHER, Luis Augusto (org.). **Antônio Chimango**. Poemas, crônicas, discursos e polêmicas de Ramiro Barcelos. Caxias do Sul: Modelo de Nuvem, 2016.

AXT, Gunter. Notas sobre uma guerra esquecida. *In*: AXT, Gunter; MACHADO, Paulo Pinheiro. **O processo de Adeodato, último chefe rebelde do Contestado**. Florianópolis: TJSC, 2017.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 179, p. 106-135, 2018.

AXT, Gunter. Política e facções em guerra: um precário equilíbrio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2018b.

AXT, Gunter. O que significa a presença militar no Governo Bolsonaro: uma análise. **Parêntese**, Porto Alegre, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/presenca-militar-no-governo-federal-entrevista-com-gunter-axt-historiador/?swcfpc=1&fbclid=IwAR26x3PD0AFMlrMrxrycyRvO9v-UgU1U9Hmer5PXAmixZ48VTI6MTLc1d5Q>. Acesso em: 10 jun. 2023.

AXT, Gunter. Depois da Revolução Federalista: milicianos, militares, combate ao contrabando e governo no Estado do Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o XX. **Luso-Brazilian Review**, Wisconsin, v. 58, n. 1, p. 87-121, 2021.

AXT, Gunter; CABEDA, Coralio B. P.; SEELIG, Ricardo V. (org.). CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**. A história contada pelo dragão. Introdução de Gunter Axt e Coralio Cabeda. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.

AXT, Gunter; CABEDA, Coralio B. P.; MORITZ, Maria Lucia R.D.F.; SEELIG, Ricardo V. (org.) MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Memorial do MPRS/PGJRS, 2005.

AXT, Gunter; COSTA, Milena C.; MARTINS, Hélio Leoncio (org.) **Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

AXT, Gunter; MOURA, A. P. de; WEHLING, A.; ZEFERINO, A. C.; SANCHES, H. C. C. (Orgs.). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

BAK, Joan Lamayson. **Incorporating “the proletariat” in Brazil’s First Republic**: founding moments in Rio Grande do Sul (1889-1892). [S.l.], 1999.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. **Political violence and regime change**: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Combate do Cerro do Ouro. **Revista do IHeGRS**, Porto Alegre, n. 129, p. 37-41, 1993.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. **Revista do IHeGRS**, Porto Alegre, n. 139, p. 9-26, 2004.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Apontamentos sobre a relação de Julio de Castilhos com os militares. *In*: AXT, Gunter *et al.* (org.). **Julio de Castilhos: o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. Os crimes da ditadura. **O Maragato**, Rivera, 1902.
- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difel, 1971.
- CASTILHOS, Julio de. Teu amigo certo, Julio de Castilhos. *In*: SANTOS, Keter Atácia Velho dos (org.). **Correspondência**. Porto Alegre: Edijuc, 2013.
- CHASTEEN, John Charles. **Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente**. Montevideo: Santillana; Fundación Bank Boston, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. **Degola e degoladores no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Edigal, 2012.
- DOCCA, Emílio de Souza. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Simões, 1954.
- DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.
- ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1919.
- ESCOBAR, Wenceslau. **30 anos de Ditadura Rio-grandense**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1922.
- FÉLIX, Loiva. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FONSECA, Pedro Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. *In: Fundamentos da cultura rio-grandense.* Porto Alegre: UFRGS, 1962.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A guerra civil de 1893.** Porto Alegre: Edigal, 2012.

FREIRE, Felisbello. **História da Revolta de 6 de setembro de 1893.** Rio de Janeiro: Cunha Irs., 1896.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio.** A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, Carla Renata Antunes de; MARTINS, Jefferson Teles (org.). **180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense:** as ideias da república em debate. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. **A Revolução Federalista em Cima da Serra.** Diário de Campanha. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

GRABOWSKI, Francisco. **Memórias da revolução brasileira de 1893-1894.** [S.n.e.], [2002].

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 4. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul.** Período de 1893 a 1895. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MEDEIROS, Laudelino T. **A pacificação da Revolução de 1893.** Porto Alegre: La Salle, 1995.

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Herval: Prefeitura Municipal, 1980.

MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)**. Porto Alegre: [s.n.], 1939.

MOURA, Euclides. **O vandalismo no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Universal, 1892.

MÜLLER, Geraldo. **Periferia e dependência nacional**. Estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. 1972. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MURICY, Gal. José Cândido da Silva. **A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1946.

O'DONNELL, Fernando O. M. **Francisco Miranda vivendo a República**. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

O'DONNELL, Fernando O. M. **Alguns textos políticos da transição institucional no Rio Grande do Sul: 1887-1893**. Porto Alegre: Metrópole, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. **A Assembleia Legislativa do RS: a trajetória do Parlamento Gaúcho**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 1992.

PEZAT, Paulo. A Revolução Federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes. **História em Revista**, Pelotas, v. 9, 2003.

PICCOLO, Helga I. L. República Velha, novas teses. **Cadernos da Anpuh: Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1988.

PINTO, Céli. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 83-111, 1987.

QUEIRÓS, Suely Robles Reis. **Os radicais da República**: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **A diplomacia marginal**. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. (Org.). **Revolução Federalista**: as múltiplas armas do conflito. Passo Fundo: Acervus, 2020.

RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 1976.

SAMPSON, Anthony. **O negro e o ouro**. Magnatas, revolucionários e o Apartheid. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, J. Resende. **A fronteira do Sul**. Estudo geográfico, econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SOUZA, João Francisco Pereira de. **Psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

SOUZA, João Francisco Pereira de. Noventa e três. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1934.

TABORDA, Tarcísio A. Costa. **Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé**. Porto Alegre: Biblioteca Pública do Estado do RS, 3 jun. 1993.

TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, Joca. **Diários da Revolução de 1893**. Organizado por AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público; Nova Prova, 2 v., 2004.

THOMPSON, Almirante A. **Guerra Civil no Brasil**. Subsídios para a história. 1893-1895. Rio de Janeiro: Carioca, 1959.

TRINDADE, Hélijo. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). *In*: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ULRICH, Arthur Lara. **Defesa do Coronel João Francisco Pereira de Souza**. Sua atuação na política desde 1889 a 1903. Sant'Ana do Livramento: Typografia Marechal de Ferro, 1903.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Documentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A crise dos anos 20**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1992.